

Questões socioambientais, desastres e suas consequências no século XXI

Socio-environmental problems, disasters and their consequences in the 21st century

Valéria Pereira Bastos¹

Adriana Soares Dutra²

Rafael Trueba Regalado³

Chegamos ao século XXI com uma série de desafios relacionados ao ambiente no qual vivemos. À medida que as décadas avançam a permanência da vida humana e, também, de outros seres, torna-se mais duvidosa, deixando a insustentabilidade do modo de vida capitalista ainda mais explícita.

Esse processo, contudo, não tem início somente nos anos mais recentes. De acordo com Viola et al (1987), o movimento ambientalista emerge na década de 1960 e ganha espaço a partir de meados dos anos 1970. Um aspecto importante que atravessa o debate do campo novo que se estrutura a partir desse período localiza-se no avanço tecnológico e na celeridade alcançada pelo capital na diversificação das atividades econômico-industriais. Se, por um lado, a utilização da tecnologia comparece como elemento facilitador da vida dentro do sistema capitalista, por outro, traz uma série de desafios, fazendo emergir na cena pública a chamada questão ambiental. Mudanças nos processos produtivos como a criação e a manipulação de produtos químicos perigosos, o desmatamento e a erosão provocados pela intensa exploração dos recursos naturais, o aumento exacerbado do consumo, motivador da utilização de tecnologias, o avanço da poluição a níveis antes impensados foram alguns dos elementos que passaram a fazer parte das pautas de denúncias. A convivência forçada com os riscos, a irrupção de desastres em várias partes do globo e a perda de vidas levaram à inúmeras indagações a respeito do futuro do planeta.

Todavia, não apenas questões diretamente relacionadas às tecnologias concorrem para esse processo. A crise climática, em particular o aquecimento global, tem sido apresentada pelos especialistas como um dos principais problemas para a humanidade. Com efeitos, desde o início do século XX, o tema ganha visibilidade no final dos anos de 1980. Desde então, representantes governamentais têm sido alertados sobre a elevação da temperatura planetária e seus efeitos. No Relatório do *Intergovernmental Panel on Climate Change* (IPCC) de 2007, a necessidade de ações rápidas e globais para sua desaceleração é explicitada. Documento elaborado pela OXFAM, em 2019, reitera a urgência na implementação de medidas de redução das emissões, assim como de ações concretas para reconstrução e recuperação de comunidades atingidas.

Isso posto, a ideia amplamente difundida a partir do século XIX com a consolidação da modernidade, de que o desenvolvimento econômico e os avanços tecnológicos funcionariam como alavancas necessárias para a formação de sociedades nas quais os riscos poderiam ser mensuráveis e controlados e que, por esse razão, a humanidade caminhava para um estágio mais evoluído, vai perdendo seus adeptos (GIDDENS, 1991).

No entanto, a questão ambiental não pode ser apreendida de forma isolada, desvinculada do modelo de desenvolvimento adotado, de suas contradições e formas de sociabilidade. De acordo com Löwy (2013, p. 80) a crise ecológica que vivemos “não resulta do excesso de população, como dizem alguns, nem da tecnologia em si, abstratamente, ou tampouco da má vontade do gênero humano. Trata-se de algo muito concreto: das consequências do processo de acumulação do capital”.

Tendo o sistema capitalista como eixo central, é possível afirmar que a questão ambiental se entrelaça com a questão social na dinâmica societária. Expressão das desigualdades provenientes de um sistema político-econômico no qual a produção de riqueza acontece na mesma proporção em que se produz também a pobreza (IANNI, 1989), a cha-

mada questão social é uma velha conhecida de trabalhadores e trabalhadoras ao redor do mundo. Esses dois elementos imbricados formam um fenômeno único, o que chamamos de questão socioambiental⁴.

Pensar a questão socioambiental a partir dessa perspectiva implica considerar ainda que os desafios que se colocam no planeta na atualidade estão longe de atingirem a todos da mesma maneira. A precarização do trabalho e a financeirização do capital têm contribuído significativamente para essa dinâmica, fazendo com que as classes empobrecidas e seus territórios de vida sejam atingidos de forma cada vez mais intensa, em um contexto de agravamento da injustiça ambiental. Um exemplo dessa realidade encontra-se no fato da parcela mais pobre da população mundial, responsável por apenas 10% das emissões de carbono, permanecer sendo a que mais sofre com os desastres, enquanto a metade das emissões globais de carbono é produzida pelos 10% mais ricos do mundo. As consequências desse processo são nefastas. Somente na última década, mais de 20 milhões de pessoas foram obrigadas a deixarem seus espaços a cada ano em função de desastres climáticos extremos. Desse total, 80% estão situadas na Ásia, continente que abriga grande parte das pessoas mais pobres do mundo (OXFAM, 2019).

Henri Acselrad (2004) denomina de zonas de sacrifício os locais escolhidos para a instalação das empresas poluidoras, para o despejo dos rejeitos tóxicos e para a emissão de gases poluentes. Não por acaso são esses os espaços destinados à ocupação pela população negra, pobre, alijada dos processos de participação. Essa lógica está presente não apenas na distribuição desigual dos territórios, mas também na forma como o não acesso a outros direitos se materializa do cotidiano e tem se manifestado em diversos casos de desastres. Essa reflexão pode ser melhor compreendida a partir do resgate da expropriação, abordada por Fontes e Miranda (2014), como conceito capaz de explicar não apenas momentos “primitivos”, mas também atuais de avanço do capitalismo, que mais uma vez mostra-se pre-

sente com a pandemia do coronavírus, a qual assola o mundo neste início de 2020, demonstrando que para os mais pobres tanto a medida mais básica de distanciamento social, até a garantia de atendimento em uma unidade de saúde constituem grandes obstáculos, na medida em que esbarram na impossibilidade de acesso à renda e às garantias mínimas de seguridade social.

As expropriações não apenas se reproduzem, também se ampliam. As populações urbanizadas há longa data defrontam-se com a violência da expropriação característica da expansão capitalista, agora sob novas modalidades: a retirada de direitos vinculados ao exercício do trabalho, doravante exercido inclusive sem contratos; o desaparecimento dos direitos sociais anteriormente conquistados, visível por exemplo no aumento do tempo para as aposentadorias, ampliando a competição da força de trabalho no mercado de trabalho; perceptível também na contínua redução dos direitos à saúde e à educação, que são extorquidos e, em maior ou menor escala, privatizados e convertidos em formas de valorizar o valor (FONTES; MIRANDA, 2014, p. 308-309).

Contudo, na escala do desenvolvimento sustentável à economia verde, e mais recentemente, como proposição para 2030 - Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, proposto pela ONU, o que se tem verificado é que a preocupação dos players internacionais com o meio ambiente fundamenta-se nos pressupostos capitalistas. Nesse sentido, quaisquer que sejam as recomendações para que os países adotem medidas de precaução/preservação/conservação ambientais essas não devem tocar no fluir do mercado. Considerando que a atual lógica empresarial cada vez mais vem se apropriando do discurso ambiental e procurando com isso blindar qualquer interferência na dinâmica capitalista sobre a qual as escolhas produtivas e técnicas prevalecem, bem como a garantia de caráter privado na instalação de seus empreendimentos. Parte do empresariado assume práticas na

perspectiva de resolver questões e demandas da ordem governamental cuja justificativa ancora-se no exercício do “politicamente correto”, sob a égide da responsabilidade socioambiental, objetivando isenções fiscais, mas, sobretudo, criando uma proteção contra denúncias de movimentos sociais ou de restrições por parte de consumidores, relativas aos impactos ambientais destrutivos evidenciados e denunciados como consequências de efetivas das práticas empresariais, configurando com isso o que Carvalho (2006) denominou de “Ambientalização” do discurso empresarial.

Mas a partir da apreensão da contradição como mediação fundamental para a leitura da realidade, observa-se que a busca pela manutenção e ampliação dos mercados implica também no surgimento de conflitos nos territórios, evidenciando o paradoxo entre o capitalismo e a natureza. Assim, ao mesmo tempo em que avançam as investidas do capital na expropriação das classes trabalhadoras e dos recursos naturais, emergem também outras narrativas que tornam públicas formas de vida alternativas e reivindicam espaço na agenda pública. Nessa teia, afetados disputam a cena, deixando à mostra diversas formas de resistência. Lutas pelo direito de saber, de permanecer e, em última instância, de existir ecoam em vários lugares do planeta colocando em evidência os diferentes e antagônicos interesses. Nesse sentido, movimentos populares de denúncia surgem dando voz às demandas dos mais diversos grupos, entre eles a população negra, indígena, as mulheres, ribeirinhos e ribeirinhas, atingidos por barragens, entre outros segmentos vulnerabilizados das classes trabalhadoras.

Nesse contexto, consideramos relevante trazer para o centro da análise, a realidade brasileira e algumas referências de como diferentes temas vêm sendo trabalhados, nos quais a questão socioambiental se faz presente, como: o trato com a crise hídrica, o desmatamento das florestas, os denominados desastres ambientais, entre outras temáticas transversais que vêm contribuindo, principalmente no século XXI, para o efetivo aumento do desequilíbrio ambiental que in-

cide diretamente no agravamento da qualidade de vida das pessoas, sobretudo, as mais pobres, uma vez que, seus impactos atingem as populações em grau e intensidades diferentes na sociedade. Conforme afirma Silva (2012):

No Brasil, o tratamento da temática ambiental em sua articulação com os processos de adoecimento vem se alargando como objeto de estudos e pesquisas, incorporando, mais recentemente, as múltiplas formas de discriminação – étnico-racial, gênero, raça, classe, dentre outros – que atingem amplos segmentos da sociedade. A ampliação desse campo de estudos se deu especialmente a partir dos anos 2000, resgatando e atualizando uma tradição no campo das ciências sociais e da medicina social no enfrentamento das desigualdades e da luta por democracia, expansão essa fortemente influenciada pela noção de justiça ambiental (SILVA, 2012, p. 429).

Prosseguindo em sua análise, Silva (2012) vai evidenciar que atualmente tem ocorrido a intensificação da mercantilização da natureza que se configura de diversas formas, avançando tanto no campo da instalação de grandes empreendimentos, como na grilagem de terras, na exploração desenfreada dos recursos naturais, da biopirataria, da exploração das áreas com exposição de produtos perigosos entre outras ações que ferem os princípios ambientais, e geram impactos não somente na saúde da população, mas também no seu modo de vida e, principalmente, nas áreas preservadas, classificadas como área de proteção ambiental, portanto, fora do circuito urbano, mas que habitam povos procedentes de comunidades tradicionais como indígenas, quilombolas, ciganos, ribeirinhos e ribeirinhas, o que vem provocando uma ameaça à natureza e à população.

Pode-se afirmar que, na atualidade, a América Latina enfrenta grandes desafios para utilizar os recursos naturais de forma sustentável, já que a degradação ambiental é evidente. O que pode ser identificado na maneira como determinadas atividades produtivas ocasionam im-

pactos negativos nos ecossistemas naturais que, por sua vez, prejudicam o bem-estar da população que depende deles.

Uma questão relevante é a crise hídrica que poderá ocorrer no Brasil em breve. Apesar do país concentrar a maior reserva mundial de água⁵, estudo realizado em 2020 e publicado no dia Mundial da Água (22/3/2020), através da Plataforma Brasileira de Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos (BPBES), estima que, por conta das diferenças regionais e do mal-uso, o que causa escassez e baixa qualidade em todo país, haverá o aumento de cerca de 2000% da demanda de água em relação aos últimos 100 anos, o que poderá conduzir milhões de brasileiros a uma crise hídrica de grande proporção em 2030.

O estudo apresentado, além de apontar o processo desigual de acesso à água potável, evidencia que o trato com o recurso hídrico nacional se configura, segundo Schons (2012), como um evidente e profícuo processo da exclusão de grande parte da população do planeta, sobretudo as mais empobrecidas. A autora toma como referência os dados da ONU (2006) que afirmam que cerca de 1,1 bilhão de pessoas dos países em desenvolvimento viviam sem acesso ou com acesso precário à água e 2,6 bilhões não dispunham de saneamento básico. Nesse sentido, a questão que se apresenta tem relação direta com a má distribuição, gerando a desigualdade de prestação dos serviços, principalmente, para os segmentos vulnerabilizados, cujo fornecimento e utilização de bens e serviços são reduzidos, ora pela precarização das políticas públicas que limitam os beneficiários, ora pelo custo elevado da prestação de fornecimento de água para a vida e para a subsistência dessa população.

Outra temática relevante refere-se ao desmatamento das florestas, que atingiu o maior crime ambiental, classificado como um dos mais graves da atualidade. Em 2019 o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE divulgou novos dados a respeito da perda da cobertura vegetal no bioma. Esses dados revelam que o desmatamento aumentou em 278% no mês de julho, comparado ao mesmo mês no

ano anterior, o que, além de devastar as florestas e os recursos naturais, compromete o equilíbrio do planeta em seus diversos elementos, incluindo os ecossistemas, o que afeta gravemente a sociedade. O aumento entre 2018 e 2019 foi expressivo, alcançando 49,5% em relação ao período entre 2017 e 2018³.

Cabe ainda registrar que a devastação está relacionada com a ampliação das áreas destinadas à agropecuária; com a interferência na infraestrutura, como a de transporte; com a construção de hidrelétricas; com a mineração; e com os incêndios criminosos.

Somente na Floresta Amazônica, considerada um dos pulmões do Planeta, a área destruída entre agosto de 2018 e julho de 2019 foi de 9.762 quilômetros, o que representa um aumento de 29,5% se comparado ao mesmo período dos anos anteriores. Trata-se da perda de vegetação mais elevada registrada desde o ano de 2008, quando se alcançou mais de 12.000 quilômetros quadrados (BBC, 2019). Esse é um exemplo muito claro de como os recursos naturais estão sendo degradados para aumentar a produção e satisfazer as demandas externas de alimentos.

Em outros países da América Latina, os problemas ambientais também se adensam. Entre eles, o processo de contaminação e de seca enfrentado no lado oeste do Lago de Cuitzeo, em Michoacán – México (o segundo corpo d'água mais extenso do país), decorrente das atividades produtivas realizadas na Bacia, gerando sérios problemas de saúde aos habitantes. O impacto se traduz em termos monetários a um custo aproximado de sete milhões de pesos mexicanos (TRUEBA, 2019).

Outro caso de problemas ambientais se encontra na Represa do Yeso em Chile. Esse é um dos principais corpos d'água de San José de Maipo na região metropolitana de Santiago. Atualmente o local apresenta uma diminuição acelerada de 40% de sua capacidade, atribuída à severa seca em função da mudança climática, gerando escassez de água para uso público e atividades produtivas (DIONIZIS, 2018).

No sentido de complementar a análise, cabe registrar que esse quadro expressa um conjunto de contradições ecológicas, pois diante da poluição que vem sendo produzida nos últimos tempos, da intensificação das queimadas, do desmatamento das florestas, bem como dos processos desiguais de distribuição de água, dos desastres ambientais, entre outras ações indevidas na ordem ambiental, fazem-se necessárias tomadas de decisões que rompam com o campo de acumulação produzido pelo processo capitalista, que busca enriquecimento de uma pequena parte, em detrimento do adoecimento da população e alto índice de comprometimento ambiental planetário.

Os comportamentos inadequados dos seres humanos apontam para a necessidade de uma utilização eficiente dos recursos para se obter resultados favoráveis com o meio ambiente, sem alterar a base biológica e física do planeta, onde se encontra o sistema econômico. Nesse sentido, concordamos com o que evidencia Nunes (2012), quando acena para necessidade de rompimento da perspectiva de alienação dos homens com o meio natural e com o trabalho, enfocando que se constitui como um fator desafiador para a sociedade se considerarmos a importância do desenvolvimento de práticas socialmente sustentáveis, abolindo assim, soluções paliativas que mais se constituem como estratégias de fortalecimento do próprio capitalismo, do que culminem com a erradicação do agravamento das mazelas produzidas diante das questões socioambientais.

Nessa direção, o número 48 da Revista **O Social em Questão** traz catorze artigos que, a nosso ver, visam à socialização de pesquisas, experiências públicas e privadas, que contribuem para a construção de saberes, especialmente no território latino-americano, garantindo a ampliação do debate a respeito da temática, pois tanto autores latinos como brasileiros apresentam, através de uma perspectiva crítica, reflexões plurais e contribuições a respeito de inúmeros aspectos que versam sobre questões socioambientais, desastres e suas consequências no século XXI.

A organização do dossiê, inicialmente trará o artigo de autoria de Rodrigo Hidalgo Dattwyler, Ignacio Rojas Rubio, Paula Neumann Novack e Carlos Vergara Constela todos da Pontifícia Universidade Católica do Chile intitulado “Habitar el Valparaíso neoliberal: vivienda, hacinamiento y pobreza como marco de la pandemia” onde os autores analisam o processo de urbanização das cidades latino-americanas, considerando que habitar uma cidade social e ambientalmente justa é algo que não tem sido viabilizado para todos, considerando as circunstâncias da vida na cidade, no caso do estudo - Cidade de Valparaíso, em função da precariedade e superlotação dos lares e as condições socioeconômicas da população, promovendo assim condições de vulnerabilidades e de injustiça ambiental, agravada pela Pandemia de Covid19.

No segundo artigo, de Norma Valencio, intitulado “Por um Triz: ordem social, vida cotidiana e segurança ontológica na crise relacionada à pandemia de COVID-19”, a autora objetiva analisar o momento atual da Pandemia provocada pelo novo coronavírus, sinalizando que o ano de 2020 será lembrado pelo modo como as diferentes sociedades delinearão o seu quadro de referências para lidar com a crise. A proposta do estudo sociológico visa focalizar o contexto brasileiro de produção de sistemas de sentidos e de práticas referente ao problema, e assim identificar elementos da ordem social que subjazem aos estranhamentos mútuos e desencaixes nas relações trianguladas entre comunidades socialmente fragilizadas, grupos sociotécnicos e autoridades governamentais.

O artigo de autoria de Pedro Roberto Jacobi, Andrea Lampis, Pedro Henrique Campello Torres e Ana Lia Leonel intitulado “A produção de riscos e desastres e América latina em um contexto de emergência climática” contribuirá para reflexões acerca da América Latina, pois tem como ênfase as contradições particulares do processo de acelerada urbanização planetária. A emergência climática, com aumento dos impactos às populações mais vulneráveis, requer uma análise sobre a forma pela qual nossas cidades vêm sendo produzidas e reproduzidas,

assim como quais caminhos seguir por modelos alternativos, justos e sustentáveis, o que os autores se propõem a fazer.

Já as autoras Luciana Lima do Nascimento e Nathie Ribeiro Barbosa, no texto intitulado “Reflexão da questão socioambiental sob a ótica do Serviço Social”, buscam promover uma reflexão acerca da questão socioambiental e suas implicações para o Serviço Social, onde a categoria é chamada para intervir sob as mazelas da destruição do meio ambiente, causadora de impactos sociais e de desigualdade social.

Em “A questão socioambiental das águas e dos serviços de abastecimento e esgotamento sanitário entre o público e o privado”, as autoras Léia Lima Soares; Masilene Rocha Viana visam analisar a questão social ambiental das águas em solo piauiense e em particular dos distintos projetos ideopolíticos em disputas na gestão dos serviços de abastecimento e esgotamento sanitário em Teresina, recentemente transferido à iniciativa privada a partir de um processo de subconcessão.

O texto intitulado “Pós-extrativismo e devastação socioambiental na bacia do Rio Doce: ecoturismo como alternativa econômica” dos autores Rodrigo Machado Vilani; Maria Amália Silva Alves de Oliveira; Sara Martins de Araújo Vilani e Carlos José Saldanha Machado tem por objetivo analisar o papel do ecoturismo como alternativa econômica às atividades de mineração na Bacia do Rio Doce, tendo como marco o rompimento da barragem de Fundão, ocorrido em 05 de novembro de 2015, em Mariana-MG.

Gabriela Maria Lema Icasuriaga e Alessandra Nascimento Bernardo, no texto denominado “Desenvolvimento e desastres: uma das faces da colonialidade” trazem como discussão central o Marco legal e crime minerário em Mariana-MG e buscam analisar recentes acontecimentos de caráter socioambiental que vem sendo irrompidos no país, que manifestam a intrínseca relação entre fenômenos “ambientais” e o modelo de desenvolvimento adotado, provocando sua desnaturalização e exigindo a problematização de alguns fenômenos e conceitos desde outras perspectivas.

O texto “Marco legal e crime minerário em Mariana-MG” de autoria de Tamires da Silva Cipriano e Raquel Mota Mascarenhas visa identificar o marco legal que regulamenta as atividades minerárias no município de Mariana-MG antes e após o crime de rompimento da barragem de rejeitos de minério de ferro da empresa Samarco/Vale/BHP Billinton, no dia 05 de novembro de 2015. Para tanto, as autoras analisam as legislações e decretos federais, estaduais e municipais, buscando problematizar alguns elementos antes e após o rompimento da barragem acerca de como a mineração é definida e quais são as regulamentações do uso de recursos naturais e dos impactos ambientais.

Luana Fernandes dos Santos Azeredo, no texto intitulado “Neoconservadorismo e neoliberalismo: uma aliança perigosa para a atuação do Serviço Social”, objetiva realizar reflexões acerca do modo como a articulação entre o neoconservadorismo e o neoliberalismo influenciam a atuação do assistente social em contexto de desastre ambiental, procurando identificar que elementos conservadores caminharam com a profissão desde a sua gênese e se reatualizaram em articulação com o receituário neoliberal e têm construído condições objetivas e subjetivas que contribuem para o processo de produção e intensificação dos desastres ambientais.

O texto de Jaline Silva de Araújo Fernandes intitulado “Desastres socioambientais: impactos na política de saúde do Brasil” busca identificar os impactos causados pelos desastres socioambientais do Brasil na política de saúde. O crescimento dos desastres por inundações está associado à manutenção das desigualdades sociais das “zonas de risco”. Os agravos à saúde das pessoas podem ser de curto, médio e longo prazo. Os desafios que incorrem aos atendimentos dos serviços de saúde é o pouco investimento nos serviços territoriais. Portanto, uma atenção especial nestas equipes auxiliaria um melhor funcionamento do sistema na prevenção e controle desses agravos, entendendo que o enfrentamento das desigualdades sociais, objetivo também do Serviço Social, é fundamental para a redução dos desastres socioambientais.

No texto “O mar virou sertão? Um estudo sobre as ilhas de calor no Complexo da Maré” de Carolina Hartmann Galeazzia, a autora apresenta uma discussão a respeito do aquecimento produzido pelas cidades, chamado de ilha de calor, como um dos fatores que acentuam as mudanças climáticas e têm impacto na saúde dos cidadãos, principalmente em áreas de maior vulnerabilidade. Contudo, enfoca que através do uso da tecnologia de dados abertos e da ciência aberta, possa-se aproximar ciência e comunidade, empoderar cidadãos e mitigar o aquecimento urbano através de intervenções urbanas pontuais, com foco na melhoria da qualidade de vida.

Thaís Lopes Cortes, no texto “O outro Lado do “Morar Feliz” em Campos dos Goytacazes/RJ: a oficialização da expropriação pela retórica do “risco” objetiva fornecer elementos de análise para a compreensão dos nexos expropriativos evidenciados pelo “Morar Feliz”, mais especificamente a partir dos reassentamentos a que foi submetida parte da população de Ururáí - na cidade de Campos dos Goytacazes, o que permitiu constatar que a política habitacional desenvolvida na cidade oficializou os processos de expropriação da moradia e concorreu para que os sujeitos removidos passassem a conviver com uma série de outras expropriações e negação de direitos.

Os autores Igor Laguna Vieira; Christiane Florinda De Cima Aires; Ubirajara Aluizio de Oliveira Mattos e Elmo Rodrigues da Silva trazem no texto intitulado “As condições de trabalho no contexto dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável: os desafios da Agenda 2030” a discussão sobre como os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) se relacionam com as condições de trabalho. Os dados apresentados no ensaio mostram que há ainda um longo caminho a ser percorrido para se atingir os ODS, pois passaram-se alguns anos desde o lançamento dessa agenda, em 2015, sem haver avanços significativos em relação àquilo que ela propõe. No Brasil, as condições dos trabalhadores e trabalhadoras agravaram-se após 2016, com a implantação de um rígido teto de gastos e cortes orçamentários na

área social, além da aprovação de reformas legais que acentuam a exclusão social e ampliam as desigualdades.

Finalizamos, desejando que o dossiê de nº 48 contribua para que pesquisadores, estudantes e interessados pelas temáticas abordadas tenham a oportunidade de selecionar textos que auxiliem na ampliação do processo reflexivo voltado para os eixos centrais desta edição, e assim estimule novos debates que oportunizem a construção de estratégias de enfrentamento e de desenvolvimento de ações centradas nas questões socioambientais, nos aspectos relevantes para estudar os desastres ambientais e suas consequências no século XXI.

Referências

ACSELRAD, Henri. De “bota-foras” e “zonas de sacrifício” – um panorama dos conflitos ambientais no Estado do Rio de Janeiro. In: ACSELRAD, H. (Org.) *Conflito social e meio ambiente no Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Relumê Dumará, p. 7-18 2004.

BBC News Mundo. “*Deforestación en el Amazonas: la selva de Brasil sufre la mayor pérdida de vegetación desde 2008*”, 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/mundo/noticias-america-latina-50469392>. Acesso em 17. de mai. 2020.

BORI, Agência. *Em 2030, aumento da demanda de água poderá conduzir milhões de brasileiros a uma crise hídrica, aponta relatório*. Disponível em: <https://abori.com.br/ambiente/em-2030-aumento-da-demanda-de-agua-podera-conduzir-milhoes-de-brasileiros-a-uma-crise-hidrica-aponta-relatorio/>. Acesso em 08. de mai. 2020.

CARVALHO, Márcia Maria Andrade de. A “*ambientalização*” do discurso empresarial no extremo sul da Bahia. Rio de Janeiro, tese de doutorado do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <https://www.sapili.org/livros/pt/cp022930.pdf>. Acesso em 06. de mai. 2020

FONTES, Virgínia. David Harvey: espoliação ou expropriação? Há “lado de fora” do capital? . In: *O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, Cap. 1, p. 62-74. Disponível em: http://resistir.info/livros/brasil_capital_imperialismo.pdf. Acesso em 02 de mai. 2020.

FONTES, Virgínia; MIRANDA, Ari Carvalho de. Pensamento crítico e as populações do campo, da floresta, das águas e das cidades. *Tempus*, Brasília, 8(2), jun, p. 305–316, 2014.

GIDDENS, Antony. *As consequências da modernidade*. São Paulo, UNESP, 1991.

IANNI, Otávio. A questão Social. *Revista USP*. 1989. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/25490/27236>. Acesso 01 de. mai. 2020.

LÖWY, Michael. Crise ecológica, crise capitalista, crise de civilização: a alternativa ecossocialista. *Caderno CRH*, v. 26, n. 67, jan-abril, 2013, p. 79–86. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=347632190006>. Acesso 01 de. mai. 2020.

NUNES, Letícia Soares; SILVA, Amanda Gomes de Medeiros. A concepção de questão socioambiental e o Serviço Social. *Temporalis*, Brasília, ano 13, n. 26, p. 97–116, jul./dez.2013.p. Disponível em: <http://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/5533>. Acesso em 10. de mai. 2020.

OXFAM. *Forced from Home: Climate-fuelled displacement*. 2 Dec. 2019. Disponível em: <https://oxfam.org.br/>. Acesso em 30 de. abr. 2020.

ROJO, Dimitri Pablo Dionizis. "*Análisis de las proyecciones de recursos hídricos aportantes a los sistemas embalse el yeso y laguna negra bajo el escenario de cambio climático rcp8*". Memorial de titulação, 2018. Universidade do Chile, Faculdade de Ciências Físicas e Matemáticas. Departamento de Engenharia Civil. Santiago de Chile.

SCHONS, Selma Maria. A questão ambiental e a condição da pobreza. Florianópolis: *Katálysis*, v. 15, jan–jun.p. 70–78, 2012.

SILVA, Maria das Graças e. Sustentabilidade socioambiental e a retórica neodesenvolvimentista: apontamentos sobre meio ambiente e saúde no Brasil. *Serviço Social e Sociedade*, Cortez, n. 123, jul – set. 2015, p. 428–446. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0101-66282015000300428&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em 10. de mai. 2020.

TRUEBA, Rafael, "*Valoración socioeconómica de las externalidades negativas en salud para la Región Oeste del Lago de Cuitzeo*". Tese de Doutorado. Instituto de Pesquisas Econômicas e Empresariais. Universidade Michoacana de San Nicolás de Hidalgo. Morelia, Michoacán, México, 2019.

VIOLA, Eduardo José et al. O movimento ecológico no Brasil (1974–1986): do ambientalismo à ecopolítica. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v.1, nº 3, 1987.

Notas

- 1 Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Professora do Departamento de Serviço Social da PUC-Rio. Membro do Laboratório de Estudos Urbanos e Socioambientais (LEUS), Pesquisadora apoiada pela FAPERJ – Jovem Cientista do Nosso Estado (E-26/202.725/2019). ORCID ID 0000-0001-7412-0353.
- 2 Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Professora do Departamento de Serviço Social de Campos da Universidade Federal Fluminense – Membro do Núcleo de Pesquisas e Estudos Socioambientais (NESA/UFF) – Pesquisadora apoiada pela FAPERJ (processo E-26/211.209/2019), ORCID ID 0000-0002-4636-2504.
- 3 Doutor em Ciências do Desenvolvimento Regional. Professor na Escola de Ciências Sociais e Governo do Instituto Tecnológico e de Estudos Superiores de Monterrey, Campus Morelia. Integrante do Conselho Honorário da Rede Ibero-americana de Estudos do Desenvolvimento (RIED), ORCID 0000-0003-4452-5469.
- 4 Em princípio, a definição de ambiente incorpora os seres humanos e a separação entre essas esferas sequer deveria existir em nossos escritos, no entanto, dada a invisibilidade de homens e mulheres como parte da natureza, proveniente da chamada ruptura metabólica da qual tratou Karl Marx, entendemos ainda ser necessário o uso da expressão socioambiental.
- 5 Considerando que tem 12% da disponibilidade hídrica superficial do planeta, com reservatórios subterrâneos e uma circulação atmosférica que distribui umidade entre diversas regiões. Disponível em: <https://www.bpb.es.net.br/relatorio-sobre-agua-e-servicos-ecossistemas-esta-disponivel/>. Acessado em 06 de maio 2020.
- 6 Maiores informações Disponível em: http://www.inpe.br/noticias/noticia.php?Cod_Noticia=5294. Acesso em 06. de mai. 2020